

ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN

**Serviço social brasileiro e o trabalho social chileno
nas trilhas feministas de 1970-1980: perspectivas
históricas em debate**

Servicio social brasileño y trabajo social chileno en las vías feministas de 1970-1980: perspectivas históricas en debate

Brazilian social work and chilean social work on the feminist tracks of 1970-1980: historical perspectives in debate

GRAZIELA SCHEFFER MACHADO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

MICHELI BURGINSKI

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

RESUMO A pesquisa aborda os enlaces ideopolíticos da profissão com o movimento feminista e de mulheres no Brasil e no Chile durante as décadas de 1970-1980. Tem por objetivo contribuir nos estudos das relações de gênero e de sexo imbricado na compreensão dos fundamentos históricos teóricos metodológicos do Serviço Social. Realizou-se um estudo do estado da arte a partir de artigos científicos que abordam a relação histórica dessa profissão no Brasil e no Chile, no período caracterizado como segunda onda feminista. A análise pautou-se na identificação de 4 artigos de autoras brasileiras e 5 artigos de pesquisadoras chilenas. Os resultados apresentam aspectos sobre as particularidades das influências do feminismo na profissão entre os países.



Este trabajo está sujeto a una licencia de Reconocimiento 4.0 Internacional Creative Commons (CC BY 4.0).

PALAVRAS-CHAVE Serviço Social; Trabajo Social; história profissional; feminismo; movimento feminista e ditadura.

RESUMEN La investigación aborda los vínculos ideopolíticos de la profesión con el movimiento feminista y de mujeres en Brasil y Chile durante las décadas de 1970 y 1980. Su objetivo es contribuir a los estudios de género y relaciones sexuales entrelazados con la comprensión de los fundamentos teóricos y metodológicos históricos del Trabajo Social. Se realizó un estudio del estado del arte a partir de artículos científicos que abordan la relación histórica de esta profesión en Brasil y Chile, en el período caracterizado como la segunda ola del feminismo. El análisis se basó en la identificación de 4 artículos de autores brasileños y 5 artículos de investigadores chilenos. Los resultados presentan aspectos sobre las particularidades de las influencias del feminismo en la profesión entre países.

PALABRAS CLAVE Servicio Social; Trabajo Social; história profesional; feminismo; movimiento feminista y dictadura.

ABSTRACT This research addresses the ideological and political links between the profession and the feminist and women's movement in Brazil and Chile during the 1970s and 1980s. Its objective is to contribute to studies on gender and sex relations intertwined with the understanding of the historical and theoretical foundations of Social Work. A state-of-the-art study was conducted based on scientific articles that address the historical relationship between this profession in Brazil and Chile, during the period characterized as the second wave of feminism. The analysis was based on the identification of 4 articles by Brazilian authors and 5 articles by Chilean researchers. The results present aspects of the particularities of the influences of feminism on the profession between the countries.

KEYWORDS Social Service; Social Work; professional history; feminism; feminist movement and dictatorship.

Introdução

Volver a los diecisiete después de vivir un siglo
Es como descifrar signos sin ser sabio competente,
Volver a ser de repente tan frágil como un segundo
Volver a sentir profundo como un niño frente a dios
Eso es lo que siento yo en este instante fecundo.
(Violeta Parra)

O artigo compõe parte de reflexões preliminares e estudos desenvolvidos pelo projeto de pesquisa “As expressões das lutas feministas no Serviço Social brasileiro e no *Trabajo Social*¹ chileno (1980-1990): um estudo comparado”. A pesquisa pretende contribuir nos estudos das relações de gênero e de sexo imbricado na compreensão dos fundamentos históricos teóricos metodológicos do Serviço Social. O artigo em tela, em sua aproximação inicial, buscou volver ao passado com olhos inquietantes nesse centenário da profissão, visando analisar os enlaces ideopolíticos da profissão no Brasil e no Chile com os movimentos feministas e de mulheres² durante as décadas de 1970 e 1980.

Teve por intencionalidade caracterizar as influências e/ou enlaces do feminismo, tanto com o Serviço Social brasileiro quanto com o *Trabajo Social* chileno, destacando as semelhanças e as particularidades nesses dois países, priorizando o contexto de ditaduras na América Latina e o processo de redemocratização. Essa aproximação se deu a partir da realização de um estado da arte de produções acadêmicas e artigos científicos que abordam a relação histórica dessa profissão no Brasil e no Chile, no período caracterizado como segunda onda feminista. Entendemos que desvelar

1. Optamos em não traduzir *Trabajo Social* por considerarmos que no contexto latino-americano, o termo se referiu a uma forma de circunscrever as diferentes perspectivas teóricas e os direcionamentos ideopolíticos da profissão na época investigada. Lembrando que os países participantes do Movimento de Reconceitualização entendiam que a denominação Serviço Social se referia a um estágio reformista de atuação profissional. Já a nomenclatura *Trabajo Social* abrangia uma etapa superior da profissão, cujo exercício profissional vinculava-se as forças revolucionárias no continente latino-americano.

2. Para Cisne (2018, p. 139), nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista. A diferenciação reside no conteúdo de suas reivindicações. Por muito tempo definiu-se como movimento de mulheres àqueles que lutavam por demandas sociais para melhoria das condições de vida e de trabalho femininas. Entretanto, a autora (2018), enfatiza que particularmente no Brasil, os movimentos de mulheres e feministas se confundiram significativamente. Destacamos que no estudo debruçamos na vinculação profissional com os movimentos das mulheres autodefinidas ou não como feministas no período de 1970-1980, no sentido de compreender as articulações entre política e vida cotidiana, entre as esferas privada, social e política na reafirmação da necessária heterogeneidade das experiências a partir das relações de gênero (Souza-Lobo, 2011).

a questão social também implica em problematizá-la a partir dos traços de lutas e resistências de sujeitos e grupos subalternos, que podem tensionar as correlações de forças institucionais e demandar novas requisições capazes de se contraporem aos clássicos procedimentos de intervenção que reproduzem relações orientadas à passivização dos sujeitos coletivos (Marro, 2011, p. 320). Nessa direção, a realização de análises sobre os sujeitos de resistência, as rebeldias e as lutas sociais enquanto parte dos fundamentos do Serviço Social e da questão social vem sendo apontados como uma necessidade, no sentido de aprofundar as relações de gênero, imbricadas a outras formas de opressão no capitalismo dependente latino-americano (ABEPSS, GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, 2022).

O Serviço Social latino-americano não é homogêneo, sendo necessário situar a profissão na história e identificar tanto as semelhanças quanto as distintas configurações presentes na realidade latino-americana. Também partimos do pressuposto que há diferentes perspectivas teóricas e direcionamentos ideopolíticos do feminismo no continente latino-americano que influenciaram as estratégias e pautas de lutas dos movimentos sociais, em especial no Brasil e no Chile. Ou seja, a organização e a luta do movimento feminista e do movimento de mulheres nas distintas formações sócio-históricas, gestam-se em diferentes perspectivas ideológicas, políticas e teóricas, sendo relevante compreender esse legado da luta das mulheres para iluminar os caminhos na atualidade (Duriguetto & Alagoano, 2018).

Entre as décadas de 1960-1970, no contexto das ditaduras militares na América Latina, Brasil e Chile mantiveram fortes vínculos de solidariedade de modo que o país andino foi o principal local a receber a segunda geração de exilados e exiladas brasileiras após o golpe civil-militar-empresarial de 1964 no país. Quando Salvador Allende se encontrava na presidência (1970-1973) do Chile, havia aproximadamente 4 mil brasileiros e brasileiras vivendo na capital, Santiago. Tornou-se, naquele período, a principal capital do exílio de brasileiros e brasileiras (Norambuena et al., 2018).

O Chile, pela proximidade geográfica com o Brasil, mas principalmente pela euforia e a mobilização política proporcionadas pelo governo do então presidente socialista Salvador Allende, atraiu a maior parte dos exilados. Muitos acreditaram que este era um porto seguro e que seria o espaço de rearticulação do movimento de oposição e enfrentamento ao regime autoritário brasileiro e à ordem capitalista (Camargo, 2010, p.12).

Justificamos a relevância do estudo nos seguintes aspectos: a) escassa produção sobre a temática da incidência das lutas feministas no Serviço Social; b) poucos estudos comparativos sobre a profissão nesses países; c) avanço de movimentos misóginos e antifeministas que atacam direitos historicamente conquistados pelas mulheres e; d) possibilidades de diálogos científicos sobre as opressões que afetam as mulheres latino-americanas em suas relações sociais e políticas. A concepção dos fundamentos

do Serviço Social tem como centralidade a inserção da profissão na história, tomando como eixos de análise as lutas feministas e sua vinculação com o Serviço Social no Brasil e no Chile, e utilizando técnicas de pesquisa de análise comparada.

O artigo foi estruturado em dois itens: o primeiro trata de uma abordagem panorâmica do feminismo nos contextos das ditaduras brasileira e chilena. Já o segundo aborda sinalizações metodológicas do estado da arte e seus resultados a partir do mapeamento e análise de artigos científicos acerca da temática dos enlaces feministas na profissão buscando observar semelhanças e diferenças entre os países nas décadas de 1970 e 1980.

1. O Feminismo nas encruzilhadas das ditaduras brasileira e chilena

Yo canto la diferencia
que hay de lo cierto a lo falso.
De lo contrario, no canto.
(Violeta Parra)

O feminismo se caracteriza por ser um movimento social, protagonizado por mulheres, que tem como base a luta pela igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres. Parte das análises sobre o movimento feminista, o caracterizam por ondas, situando as pautas e os debates. A chamada primeira onda do feminismo se deu a partir do final do século XIX, mulheres começaram a se organizar para reivindicar direitos civis e políticos em diversos âmbitos e especificamente, o direito ao voto. Nas primeiras décadas do século XX a pauta dos direitos da mulher começou a ganhar destaque e foi se definindo um número crescente de grupo de mulheres latino-americanas.

Podemos destacar a realização da Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore em 1922, que estimulou a criação da Associação Pan-Americana pelo Progresso das Mulheres, impulsionando o surgimento de movimentos sufragistas latino-americanos. No continente latino-americano é possível identificar que entre 1911 e 1920 houve um aumento expressivo de agrupamentos de mulheres, com distintas tendências que também reclamavam pelo custo de vida, realizavam atividades culturais e reivindicavam o direito das mulheres trabalhadoras. No Chile podemos destacar a criação dos Centros Femininos “Belén de Zárraga”, de orientação operária e anarquista, e o surgimento da Liga Feminina Nacional, o Clube de Senhoras e o Círculo de Senhoras, de onde surgirá o Conselho Nacional de Mulheres. Já no Brasil, a conquista de direito ao voto se deu em 1932, por meio de decreto assinado por Getúlio Vargas. As pautas defendidas pelas feministas brasileiras nesse período se davam em torno de interesses da mulher trabalhadora, necessidade de educação em colégios mistos, alteração na legislação que reconhecia a mulher casada incapaz e a emancipação econômica das mulheres (Avelar, 2001).

A segunda onda (1960-1980), que circunscreve nosso estudo, foi marcada pelas conquistas de direitos de igualdade “formal” das mulheres em grande parte dos países. Nesse período, os estudos feministas se dedicaram a compreender a submissão das mulheres na sociedade e se organizavam em torno de temas como o direito ao corpo, os direitos sexuais e reprodutivos e o combate à violência (Moraes, 2019). Na América Latina, esses processos culminaram em um contexto extremamente conflituoso e contraditório para os direitos civis e políticos, pois ocorreram em meio à expansão das forças repressivas das ditaduras militares na maioria dos países, e à organização dos movimentos de mulheres e feministas nas trincheiras das lutas democráticas. Desse modo, é possível inferir o protagonismo das mulheres à frente das resistências contra as ditaduras latino-americanas.

Para Souza-Lobo (2011), no continente latino-americano entre 1960-1970 circulava o debate da “participação limitada” interpretada como resultado do baixo crescimento econômico e das distorções de distribuição-renda. As assimetrias no mundo do trabalho entre homens e mulheres eram vistas sob uma ótica economicista, que reduzia a subordinação das mulheres à sua dimensão econômica. As trajetórias das mulheres latino-americanas nessa época emergem como agentes políticos, que entrelaçam os discursos feministas com as questões locais e de classe social. Grande parte das pautas feministas ficavam restritas aos segmentos das mulheres acadêmicas e/ou militantes políticas que coincidiram com as lutas pelas liberdades democráticas (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile), nas lutas pela moradia e por melhoria de vida (Brasil e Peru), no movimento operário e camponês (na Bolívia).

Sobre o Chile, Moyano (2022) observa que o movimento feminista e de mulheres se desenvolveu em quatro grandes fases de enfrentamento à ditadura. A primeira fase, de 1973 a 1977, foi caracterizada pelo surgimento dos primeiros grupos de mulheres que enfrentaram a repressão e as duras condições de subsistência. Nesta fase predominaram grupos como o Comitê de Cooperação para a Paz no Chile (COPACHI3, o Grupo de Familiares dos Detidos e Desaparecidos e o Grupo de Mulheres Democráticas). Nessa vinculação com os grupos de subsistência, construíam-se as primeiras experiências de encontros femininos em contexto de repressão e crise econômica.

A segunda fase, de 1977 a 1981, distingue-se pelo desenvolvimento de novas formas de organização de mulheres que transformaram as práticas de denúncia e acompanhamento, de caráter paternalista, em um modelo de intervenção que buscou “construir” a identidade das mulheres a partir da cultura popular. A partir dessas primeiras experiências associativas, lideradas por educadoras populares, as organizações de mulheres começaram a diversificar-se, expandindo a narrativa humanitária dos direitos humanos às preocupações geradas pela fome, pelo desemprego e pela carência vivida pelo mundo popular.

Na terceira fase, de 1987-1990, as mulheres organizaram-se para “formular propostas para a democracia”, pressionando o movimento das mulheres sobre como participar neste processo. Estudos destacam o importante papel das *trabajadoras sociales* em todas essas fases e foram fundamentais no processo de resistência e lutas democráticas no país (Ramírez, 2016; Moyano & Pacheco, 2018).

Conforme Castañeda e Salamé (2019), é possível identificar a atuação de *trabajadoras sociales* em diferentes áreas durante a ditadura no Chile: na área alimentar; na área da saúde, com destaque para enfoques em educação em saúde, atenção à saúde mental junto a famílias vítimas de repressão, cuidados psicológicos para crianças afetadas por ações repressivas de seus familiares e/ou do ambiente comunitário; na área de produção rural, camponesa e indígena, com iniciativas em horticultura, bancos de sementes e agricultura orgânica; na área da habitação, com ações voltadas à ampliação de moradias, à organização de comitês de bairros sem-teto e às ocupações — individuais, silenciosas ou massivas — de terras em situações específicas; e na área educacional, por meio de creches e jardins de infância solidários, centros de apoio escolar, bibliotecas populares, oficinas socioeducativas e projetos de educação popular.

No Brasil, a ditadura empresarial civil militar teve quatro conjunturas distintas. A primeira denominada pelos historiadores de “operação limpeza” (1964-1968). Nesta fase destaca-se os primeiros expurgos de intelectuais das universidades, sendo a primeira geração de exilados e exiladas vinculados/as às forças políticas do trabalhismo e integrantes do governo Jango. A maioria dos exilados e exiladas se instalaram no Uruguai. A segunda conjuntura se caracteriza como “tempos de chumbo” (1969-1975) em que se avançou o terrorismo de Estado autocrático e se consolidou o “golpe dentro golpe” consolidando o fechamento do regime com decreto do Ato Institucional N. 05 (AI-5). Nesse momento ocorre a inserção de militantes no Chile da segunda geração de exilados e exiladas políticos, oriundos e oriundas de grupos de resistência urbana e rural, bem como, intelectuais aliadas das forças de esquerda.

No período de “distensão democrática” (1975-1979) se configura o processo de crise ditatorial desencadeada pelo esgotamento do milagre econômico de 1973. Também é caracterizado pela reorganização das forças populares de esquerda e greves de trabalhadores e trabalhadoras. Com o retorno de exilados e exiladas políticas é que o movimento feminista e de mulheres reaparecem com mais força no campo das lutas democráticas, como é possível observar no depoimento da assistente social e feminista Rosalina Cruz Leite (1981, pp. 122-123):

No Brasil, o movimento feminista tem características muito particulares. Ressurge após 75, por iniciativas de mulheres de oposição. Coincidentemente, porém não por acaso, ressurge juntamente com o reanimamento do movimento democrático – uma nova conjuntura política, depois de anos de ferrenha ditadura. O fato da corrente sexista ser pouco representativa no movimento feminista brasileiro, deve-se em parte pela formação político-ideológica da maioria das mulheres (...) muitas dessas mulheres são ex-presas políticas ou exiladas que assimilaram ideias feministas do movimento europeu, dentro de sua perspectiva ideológica. Por isso o feminismo no Brasil, já surge (em 1975) vinculado as questões sociais.

Em relação aos referenciais europeus feministas utilizados pelas militantes brasileiras, eram advindos da matriz francesa, cujo período de exílio parisiense, proporcionou contato com o legado do “Maio de 1968”. Nesse contexto surgiu “O “Círculo das mulheres brasileiras em Paris” foi um destes grupos que adotou tanto a causa da luta de classes como a reflexão feminista europeia (Camargo, 2010, p. 72). As feministas da esquerda brasileira em Paris eram provenientes em sua maioria, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Camargo, 2010). Neste sentido, entendemos que:

A consciência feminista foi assim alimentada por múltiplas contradições experimentadas por mulheres ativas nos movimentos guerrilheiros ou organizações militantes, obrigadas a se exilar, e envolvidas em movimentos estudantis ou organizações acadêmicas politizadas e partidos políticos progressistas' (Sternbach et al., 1994, p. 255).

Durante o período das ditaduras latino-americanas, a participação das mulheres brasileiras contra o autoritarismo no interior das organizações de esquerda, contribuiu para questionar os papéis sociais de sexo, a divisão sexual e social do trabalho. Entretanto, o protagonismo das mulheres contra a ditadura também se deu em torno de mobilizações em defesa dos direitos humanos para a proteção de perseguidos políticos e torturados. Mulheres se tornaram opositoras à ditadura devido a prisões, mortes ou desaparecimentos de membros da família ou pessoas próximas. Também nesse período houve avanços importantes de diferentes movimentos sociais na luta pela redemocratização, entre eles está a participação do segmento progressista da Igreja Católica que expressava um nível de consciência e capacidade de organização em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Poderíamos afirmar que grupos de direitos humanos foram encampados por mulheres e durante esse período (Burginski, 2011, pp. 574-575):

[...] esses grupos de mulheres terão papel fundamental na elaboração de pedagogias feministas. [...] O movimento feminista se articulou à própria dinâmica dos movimentos sociais brasileiros, que possuem um caráter organizacional voltado à reivindicação de questões de ordem estrutural, relacionado à sobrevivência como água, luz, saneamento, creche, escolas, custo de vida. Fez surgir nas periferias, sobretudo, de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os movimentos contra a carestia e de luta por creches.

O retorno de exilados e exiladas políticas e a abertura democrática lenta, gradual e restrita brasileira vai repercutir na trajetória do Serviço Social com a realização do “Congresso da Virada” em 1979, inaugurando o momento de intenção de ruptura com a perspectiva conservadora da profissão. Cabe destacar que nesse mesmo ano, em 8 de março também ocorreu o segundo encontro da mulher paulista, cujas pautas se alinhavam às reivindicações de igualdade e a diferença na construção da cidadania das mulheres.

Por fim, é importante evidenciar que, em geral, o perfil da militante feminista latino-americana inicial em muitos países era uma ex-militante estudantil radical ou guerrilheira. Portanto, as ativistas latino-americanas mantiveram um “compromisso com a mudança radical nas relações sociais de produção – e de reprodução – enquanto continuavam a combater o sexismo no seio da esquerda” (Sternbach et al., 1994, p. 260). No próximo item abordaremos aspectos metodológicos do estudo.

2.Enlaces do feminismo com o Serviço Social brasileiro e o Trabajo Social chileno (1970-1980): sinalizações metodológicas do estado da arte

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
(Violeta Parra)

Os estudos da arte são tipos de pesquisas bibliográficas, que têm o objetivo de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder aspectos e dimensões em diferentes épocas e lugares (Teixeira, 2023). Para a realização do estado da arte dos enlaces ideopolíticos do movimento feminista e de mulheres com a profissão, tanto no Brasil quanto no Chile, nas décadas de 1970 e 1980, partimos de uma perspectiva crítico-dialética. Essa abordagem possibilitou apreender elementos que sinalizam semelhanças, mas também particularidades dos países, considerando os processos históricos em sua totalidade os quais nos desafiam a reconstruir o Serviço Social na história como parte das transformações sociais. Entende-se que na persona profissional residem suas visões de

mundo e de práticas, mediadas por posicionamentos teórico-ideológicos, culturais e institucionais. Portanto, nossa perspectiva teórico-metodológica parte do pressuposto de que há uma relação visceral entre a profissão e a realidade sócio-histórica, que exige uma ruptura de análises endógenas do Serviço Social (Netto, 2013).

Nessa investigação realizamos um mapeamento por meio do google acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: Serviço Social, Trabalho Social, história profissional, feminismo, movimento feminista, movimento de mulheres e ditadura. Na etapa de identificação observamos no levantamento exploratório que na produção brasileira a tendência é enfatizar as diferentes correntes teóricas do feminismo e seus contributos para a profissão. Na produção chilena se observou uma tendência em enfatizar reflexões sobre o exercício profissional, localizando o feminismo no horizonte do cotidiano do *trabajo social*. Ambas as tendências foram excluídas, pois não tratavam da temática histórica. Também não foi considerado trabalhos em eventos científicos. Portanto, a amostra refere-se somente a artigos científicos. Foram identificados 4 artigos que se referem ao Brasil e 5 artigos tratando-se do Chile. Após o levantamento, propusemo-nos a organizar os estudos referentes ao período, destacando elementos de análise relacionados à ênfase da pesquisa.

Ao apresentar as informações sistematizadas pelas autoras evidenciamos recortes temporais, delimitações, tendências e lacunas teóricas ou de novas fontes que merecem ser pesquisadas sobre a relação sócio-histórica entre feminismo e a profissão nesses dois países. Nessa fase da pesquisa não nos detivemos em sistematizações sobre a atualidade acerca das dimensões teóricas e/ou operativas sobre Serviço Social/ *Trabajo Social* e feminismo. A seguir, apresentamos as análises acerca das produções teóricas e o estado da arte do enlace ideopolítico do Serviço Social brasileiro e do Trabajo Social chileno com o movimento feminista e de mulheres, marcados pelas ditaduras das décadas 1970-1980 no continente latino-americano.

2.1 O estado da arte nas produções brasileiras

Até o momento da pesquisa localizamos quatro (04) artigos que relacionam e/ou tocam na ênfase do feminismo com o Serviço Social brasileiro, mencionando os períodos de 1970-1980, conforme tabela abaixo.

Tabela 1

Publicações em revistas científicas que abordam a relação do Serviço Social brasileiro e o movimento feminista anos 1970-1980.

Título	Autoria	Revista/ano
Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão	Teresa Kleba Lisboa	Revista katálysis N. 01, Vol.13, Florianópolis Jan./Jun., 2010.
Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise	Luciana Ribeiro Paneghini	Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n. 132, p. 252-267, maio/ago., 2018.
Gênero, Feminismos e Serviço Social: uma análise dos periódicos científicos	Rita de Cássia Santos Freitas Carla Cristina Lima de Almeida Ana Lole	Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, V. 32, N. 02, p. 314-331, Jul.-Dez., 2022.
Serviço Social e produção de conhecimento: conexões entre o congresso da virada e o debate sobre feminismo na formação profissional	Izy Rebeka Gomes Lima	Serviço Social em Perspectiva. Montes Claros (MG), volume 6, número 2, jan./jul. 2022.

Para Lisboa (2010), foi na década de 1980 que o Serviço Social desenvolveu seus vínculos com o movimento feminista, inseridos na militância política e atuando enquanto assessoria a movimentos sociais. Em especial após 1979, ano do “Congresso da Virada” e momento de redemocratização, assistentes sociais participaram ativamente dos processos de lutas e organização política da classe trabalhadora. Nesse período, a assessoria ou a articulação com os movimentos sociais se constituiu em prática profissional, que levou a um acúmulo teórico-político-profissional que nos anos 1990 se configurou na construção do projeto ético-político. Essas aproximações ocorreram de formas diversas, conforme hipótese de Lisboa (2010, p. 71):

[...] a partir de 1980, profissionais de Serviço Social desenvolvem projetos de extensão junto a comunidades de periferia seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da teologia da libertação: “opção pelos oprimidos”, e se inserem nos trabalhos ligados às chamadas “Comunidades Eclesiais de Base”. Algumas profissionais de Serviço Social, de forma isolada, integram movimentos feministas.

Ressalta-se que o trabalho comunitário e militante se intensificou na década de 1960 por meio das atividades de cultura popular junto aos segmentos urbanos e rurais pautados nas experiências dos ciclos de cultura de Paulo Freire. Após o golpe de 1964, a maioria das atividades de educação e cultura popular em curso foram proibidas. Muitas passaram a ser realizadas de forma clandestina, ou via o trabalho das pastorais da Igreja católica que se tornaram espaços centrais para realização da educação popular, uma vez que “a teologia da libertação, fruto da vida religiosa, do mesmo movimento social e teórico que gerou a Educação Popular, criava condições culturais para o acolhimento e valorização dessas novas práticas sociais” (Closs et al., apud Vasconcelos, 2013, p. 17).

Em outra análise, Paneghini (2018), aponta que o enlace político da profissão com a luta feminista e o movimento de mulheres em meados da década de 1970, vinculado a um grupo de profissionais alinhadas à teoria marxista, foi o que propiciou uma visão mais crítica da sociedade e da própria profissão. Entretanto, essa aproximação se deu a partir de intervenções em conjunto com a população usuária e com os movimentos sociais que buscavam a democratização da sociedade brasileira. Pois, assistentes sociais já vinham com uma trajetória de militância em partidos de esquerda, compunham as entidades sindicais da própria profissão e participavam de movimentos de mulheres e/ou feministas. Contudo, essas aproximações estavam vinculadas às demandas gerais da classe trabalhadora, sobretudo, articulada com o caráter de classe dessas lutas, que emergiram:

[...] a partir das necessidades concretas das mulheres trabalhadoras, que as levavam a reivindicar melhores condições de vida em seus bairros, sindicatos, universidades e empregos. Portanto, o Serviço Social entrou em contato com a luta feminista por meio, sobretudo, dos enfrentamentos das mulheres trabalhadoras contra a carestia de vida e por melhorias em sua comunidade, nos Clubes de Mães, através dos movimentos por creche, habitação etc... (Paneghini, 2018, pp. 255-256).

A dimensão da prática profissional não foi priorizada nos debates e nas produções históricas do Serviço Social, o que também contribuiu para que grande parte da produção científica secundarizasse as relações sociais de gênero e étnico-raciais na análise sociológica no tratamento das lutas de classes no período. No estudo de Duriguetto e Alagoano (2018), sobre o movimento feminista e de mulheres na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil entre 1985 e 2014, foram identificadas apenas 22 pesquisas, sendo que treze tratavam da luta das mulheres em movimentos sociais mistos e organizações. Somente uma pesquisa tinha como objeto de estudo o feminismo e sua relação com a profissão, numa associação direta da luta emancipatória feminista e o projeto ético-político profissional.

Ainda sobre a análise da produção acadêmica, Freitas et al. (2022) em um levantamento em periódicos da área, revelaram a existência de estudos feministas nas décadas de 1980 e 1990. Contudo, esses estudos tiveram pouca visibilidade na profissão e não figuraram entre as principais preocupações que nortearam os debates e as orientações dos rumos profissionais do período. Em relação a produção na Revista Serviço Social & Sociedade, a interlocução com o debate das mulheres e feminismo foi oriunda dos relatos de experiências práticas e militantes das assistentes sociais.

Sobre o movimento feminista e de mulheres é fato que historicamente sempre teve um papel relevante nas lutas sociais. No Brasil, a luta sufragista e das feministas dos anos 1940 não repercutiram diretamente no Serviço Social, pelo fato desses movimentos estarem vinculados às ideologias de esquerda e do sufragismo – ambos movimentos contestadores (Freitas et al., 2022). Essa compreensão fomentou um distanciamento das assistentes sociais com os movimentos feministas. Nos anos 1980, a profissão se aproximou do debate feminista pela via do trabalho feminino e da história do Serviço Social enquanto profissão marcadamente feminina, para as autoras:

[...] a hipótese de que essa será uma base importante para legitimar o debate de gênero na profissão por meio do argumento de que historicamente o Serviço Social se caracteriza por uma maioria feminina e os efeitos disto precisavam ser estudados. A aproximação crescente da profissão com a matriz teórica crítica também contribuirá para a relevância do tema do trabalho nos estudos de gênero/mulheres (Freitas et al., 2022, p. 327).

Lima (2022, p. 93) vai sustentar o argumento de que é na década 1990 que o encontro vai se dar de forma “mais veemente entre o Serviço Social e os estudos de gênero e feminismo, refletindo em congressos e eventos da profissão e, também, nos aparatos legais da profissão a exemplo do Código de Ética que entra em vigor no ano de 1993”, que aponta os princípios norteadores da profissão. No âmbito da produção de conhecimento é no final da década de 1980, que o tratamento da família foi substituído pelos estudos relacionados à mulher, em uma perspectiva de gênero e de classe social. Por fim, reforça que o reconhecimento do debate de gênero na categoria profissional, assume importância nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social aprovadas pela ABEPSS (1996).

Em geral, nas produções brasileiras identificamos uma certa imprecisão na periodização acerca do enlace ideopolítico da profissão e as diversas formas que o movimento feminista e de mulheres assumiu na trajetória histórica profissional. Acreditamos que parte dessas lacunas dos estudos históricos são fruto da dificuldade do acesso aos dados e fontes documentais preservados, organizados e disponibilizados. Também se verifica falta de elementos e registros das memórias das assistentes sociais nesse período.

2.2 O estado da arte nas produções chilenas

Até o momento da pesquisa, localizamos cinco (05) artigos que relacionam e/ou tocam na ênfase do feminismo com o Trabajo Social chileno, mencionando os períodos de 1970-1980, conforme tabela abaixo.

Tabela 1

Publicações em revistas científicas que abordam a relação do Trabajo Social chileno e o movimento feminista anos 1970-1980.

Título	Autoria	Revista/ano
Trabajo social en la dictadura. Una mirada hacia los elementos históricos desde la dictadura militar instaurada por Augusto Pinochet y el trabajo social como espacio de resistência.	Constanza Ramírez Marchant	Cuaderno Jurídico y Político, V. 2, N. 6, 2016.
Apuntes para el Trabajo Social: una mirada a las mujeres intelectuales de las ONG y la generación de conocimiento sobre lo femenino-popular em Chile, 1980-1989.	Cristina Moyano Barahona e Valentina Pacheco	Revista História (São Paulo), V. 37, 2018.
Escrituras de mujeres, las huellas del feminismo en las revistas de los Centros Académicos Independientes, Chile 1980-1990.	Cristina Moyano Barahona	Catedral Tomada: Revista de crítica literaria latinoamericana V. 6, N° 11, 2018.
Memoria profesional y Trabajo Social chileno. Derechos humanos y dictadura cívico militar	Patricia Castañeda Meneses, Ana Maria Salame Coulon	Revista Katálisis, Florianópolis, V. 22, N. 2, 2019.
Trabajadoras sociales: intelectuales en el campo de oposición a la dictadura. Intervención, relexión y acción del “coletivo de trabajo social” 1981-1990	Cristina Moyano Barahona	Revista Intervención, 2022.

Sobre as análises dos enlaces ideopolíticos do *Trabajo Social* chileno e o movimento de mulheres e feministas, observamos que o exercício profissional no Chile desenvolveu amplo trabalho político, sindical e comunitário com diferentes segmentos da sociedade durante o período da ditadura.

Segundo Castañeda e Salamé (2019), as *trabajadoras sociales* desenvolveram um amplo trabalho no campo dos direitos humanos. As autoras ressaltam que o golpe militar de 1973 foi um doloroso marco histórico, de modo que

(...)Trabajo Social le correspondió formar parte de equipos profesionales y de acción social, que realizaron importantes aportes a lo largo del país en la acogida, contención y denuncia de los Derechos Humanos conculcados en el período, a través de organizaciones no gubernamentales y organizaciones solidarias, que fueron apoyadas en su tarea por agencias de cooperación internacional, la Iglesia Católica y otros credos, partidos políticos en el exilio o autogestión de recursos desde organismos locales (Castañeda & Salamé, 2019, p. 286).

Segundo Ramírez (2016), após o golpe de 1973 houve perseguições e fechamento de escolas profissionais. Como rebatimento das forças repressivas, os espaços sócio-ocupacionais estatais assumiram uma tônica assistencialista de cunho individualizado e a formação sofreu um processo de “desideologização”. Contudo, um grupo de profissionais buscou em espaços não oficiais realizar um trabalho orientado pelos direitos humanos, desenvolvendo uma metodologia própria no trabalho com as vítimas da ditadura³. Portanto, o trabalho comunitário “clandestino” foi uma forma de resistência das organizações sociais frente à “desideologização” e à dominação hegemônica.

Dessa forma, o *Trabajo Social* chileno estabeleceu uma relação direta com as pautas das mulheres, atuando na defesa dos direitos humanos e estabelecendo fortes vínculos com o movimento feminista e de mulheres. A hipótese de Ramírez (2016) é a de que entre 1973 e 1990 foi possível observar movimentos sociais feministas como eixos de transformação e berço de intervenção para o *Trabajo Social*, uma vez que a esfera dos direitos humanos foi justamente o eixo de desenvolvimento para a profissão. A maior parte das mulheres que estudaram ou exerceram o Trabajo Social entre 1973 e 1990 no Chile desenvolveram uma formação crítica, consciente e feminista.

3. Conforme estudo documental de Pinto et.al (2017), sobre Movimento de Reconceituação no Chile, houve: (...)uma notável alteração dos fundamentos teórico- metodológicos e ético-políticos da profissão, a partir da efervescente conjuntura pela qual passava o país naquele período. O Serviço Social reconhece que o “atual cenário histórico” (transição ao socialismo) exige um posicionamento. A tendência majoritária desse posicionamento é a de confluir e apoiar aquele processo, de sintonizar a profissão não apenas às demandas postas pelo governo da UP, mas sobretudo de fomentar e fortalecer os processos de organização dos trabalhadores e a defesa das suas demandas e interesses.

Moyano e Pacheco (2018), ao traçar os vínculos da profissão com o movimento feminista e de mulheres, apontam que estes se intensificaram a partir do golpe militar devido às constantes violações dos direitos humanos. Isso convocou eticamente as *trabajadoras sociales* a atuarem junto com organizações, famílias e sujeitos vitimados pelas forças repressivas e, simultaneamente, a se inserirem no mundo popular (Pacheco, 2020). As *trabajadoras sociales* buscaram “novo tipo de serviço social, comprometido com a tarefa da educação popular e com a criação de espaços de autonomia para grupos e organizações” (Editorial, Revista *Apuntes* de Serviço Social, 1983, p. 08), redescobrimo e valorizando o espaço social e o cotidiano” (Moyano, 2022). O exercício profissional se articulou com diferentes ações que abrangiam e organizavam desde painéis comuns, até oficinas de sobrevivência para enfrentar a inflação e recompor os laços do associativismo popular, através de oficinas inovadoras sobre sexualidade feminina, a partir das quais se interseccionalizaram reflexões sobre classe e gênero, proporcionando novos conhecimentos ao feminismo local. Esse debate apoiava-se nos direcionamentos teóricos-ideológicos do Centro Latino-Americano de Serviço Social (CELATS). As autoras também indicam que as profissionais criaram o *Colectivo de Trabajo Social* e Revista *Apuntes* de Serviço Social cujos membros eram constituídos por:

(...), *trabajadoras sociales* que estudiaron en la Universidad Católica se dieron a la labor inconclusa de renovar la teoría que fundamentaba el trabajo social y que apenas había alcanzado a ser esbozada en los inicios de los años 70. Así, vinculadas a una red más amplia que alojaba el Centro Latinoamericano de Trabajo Social, CELATS, (con sede central en Perú), estas mujeres organizaron la iniciativa de publicar la revista *Apuntes para el trabajo social*, que entre 1981 y 1990 editó 17 números ininterrumpidos y en los que se intentó sistematizar los debates respecto del Trabajo Social Alternativo, corriente que buscaba redefinir la práctica intelectual en el equilibrio entre la generación de saber científico y la promoción de actividades de educación popular, para potenciar la transformación colectiva y consciente de los sujetos subalternos (Moyano e Pacheco, 2018, p. 298).

Ainda sobre esses aspectos Moyano (2022), enfatiza,

Combinando las prácticas de intervención social, organizaron desde ollas comunes, hasta talleres de sobrevivencia para encarar la inflación y recomponer los lazos de asociatividad popular, pasando por innovadores talleres de sexualidad femenina, desde donde se interseccionalizaron las reflexiones sobre la clase y el género, dotando de nuevos saberes al feminismo local.

Sobre a experiência no período da Unidade Popular (1970-1973) e a influência da educação popular, destaca-se o papel desempenhado pelo exilado brasileiro, assistente social e professor Vicente Faleiros, que atuou enquanto docente na *Escuela de Trabajo Social* da Universidad Católica de Valparaíso (UVC), aponta, que:

Os grupos sociais aos quais se estava dirigindo o Serviço Social deixaram de corresponder à definição funcional de marginalizados. Fizemos uma crítica à teoria da marginalidade, que dominava as análises, para incorporar novas formas de consciência e de ação na situação em que se vivia. À consciência passiva propunha-se desenvolver uma consciência protagonizada, numa visão conflituosa da sociedade, aprofundando-se a teoria da conscientização proposta por Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1970) (Faleiros, 2017, p. 94).

Segundo Arancibia (2017), existe um estreito vínculo entre reconceituação e os processos políticos em curso, iniciados no contexto da Reforma universitária em 1967. A formação chilena na *Escuela de Valparaíso* (UVC) tinha como ponto de partida a realidade chilena e sua situação de dependência internacional (Arancibia, 2017). De modo que muitas feministas latino-americanas viam seu movimento como parte da luta contra o imperialismo.

Conforme Pinto et al. (2017), sobre o Movimento de Reconceituação no Chile, houve uma profunda alteração dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão que esteve articulado com forças políticas na conjuntura do Governo Allende. Naquele período, a profissão identificava o “cenário histórico” enquanto uma transição ao socialismo que exigia um posicionamento político da categoria. De modo que grande parte desse posicionamento estava sintonizado não apenas às demandas postas pelo governo da Unidade Popular, mas com a possibilidade de fomentar e fortalecer os processos de organização dos trabalhadores e a defesa das suas demandas e interesses.

Com base nos elementos históricos apresentados acerca do *Trabajo Social* no Chile, entendemos que o mesmo foi importante reduto do Movimento de Reconceituação e participou ativamente de diferentes mobilizações de educação popular durante a gestão da Unidade Popular, que conferiu um vínculo particular do Trabajo Social e contribuiu em sua aproximação e enlace com o movimento feminista e de mulheres em oposição à ditadura de Pinochet.

Considerações finais

Yo no canto por cantar
Ni por tener buena voz
Canto porque la guitarra
Tiene sentido y razón
(Vitor Jara)

A partir do estudo apresentado, podemos inferir que a bibliografia sobre os movimentos sociais aponta para o surgimento de um feminismo de esquerda, comprometido diretamente com os processos de resistências aos regimes ditatoriais na América Latina e com as lutas democráticas. Esses aspectos marcarão de forma particular os enlaces ideopolíticos do Serviço Social brasileiro e do *Trabajo Social* chileno com o movimento feminista e de mulheres, bem como, suas pautas. Com base nas análises preliminares acerca das produções brasileira e chilena, identificamos semelhanças, mas também particularidades nos enlaces ideopolíticos que foram estabelecidos pela profissão junto ao movimento feminista e de mulheres nesses dois países. Identificamos que as semelhanças estão relacionadas à conjuntura econômica, política e social dos anos 1970 marcados pela ditadura, mas que também [possui particularidades próprias] em função das especificidades desses regimes autocráticos. No Brasil, os vínculos da profissão com o movimento feminista e de mulheres vão se tornar mais evidentes no processo de crise do regime ditatorial num contexto de reorganização dos movimentos democráticos. As feministas brasileiras tinham um perfil oriundo da trajetória de militância de grupos armados e clandestinos que experienciaram a prisão e o exílio na Europa. A formação do Serviço Social durante a ditadura brasileira foi hegemonizada por tendências modernizadoras e tecnocráticas alinhadas às demandas conservadoras e autoritárias do regime autocrático. De forma que as repercussões no Movimento Reconceituação profissional chegaram tardiamente ou de forma clandestina ao âmbito acadêmico, pois os segmentos progressistas eram minoritários e pulverizados nas diferentes escolas de formação.

No Chile, o movimento feminista e de mulheres se posicionou desde o início do Golpe de Pinochet. As *trabajadoras sociales* feministas chilenas, também tinham uma trajetória de militância articulada às experiências da Unidade Popular, bem como com as diferentes experiências de educação popular no país. Também vivenciaram com intensidade as repercussões do Movimento de Reconceituação, fato que contribuiu para que as profissionais feministas chilenas recebessem suporte internacional do Centro Latino-Americano de Serviço Social (CELATS).

Nessa direção, identificamos, a princípio, particularidades importantes acerca das influências do feminismo na profissão, entre os países, que merecem ser aprofundadas. Na produção chilena verificamos estudos avançados com registros documentais e identificação que marcam e localizam a vinculação das *trabajadoras Sociales* com o movimento feminista e de mulheres. Já nos estudos das lutas feministas na profissão no Brasil, verificamos a necessidade de estudos da memória profissional, e as práticas sociais que eram realizadas na clandestinidade, sob a vigilância de aparelhos repressores do Estado. Nesse aspecto, verificamos uma parca produção de pesquisas que abordem a história da profissão, em particular, seus enlaces com os movimentos, sujeitos e lutas sociais, aspectos que foram secundarizados na produção científica e na história registrada e contada da profissão.

Agradecimentos

Agradecemos, de maneira especial, às Professoras Leticia Arancibia Martínez e Gloria Cáceres Julio, da Universidade Católica de Valparaíso (Chile), pelo apoio e estímulo para a realização do estudo.

Contribuição

Graziela Scheffer Machado foi responsável pela concepção, metodologia, redação e análise dos dados.

Micheli Burginski foi responsável pela redação, revisão e análise dos dados.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse relacionados ao conteúdo do artigo.

Sobre os autores

GRAZIELA SCHEFFER MACHADO é Assistente Social Doutora em Serviço Social (UFRJ). Docente na graduação e no programa de pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Correio eletrônico: graziela.uerj@gmail.com.

 <https://orcid.org/0000-0003-1921-0879>

MICHELI BURGINSKI é Assistente Social. Doutora em Política Social (UnB). Docente na graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social da UFMT. Correio eletrônico: vanda.burginski@ufmt.br.

 <https://orcid.org/0000-0002-2866-5309>

Referências

- ABEPSS-GTP Movimentos Sociais e Serviço Social (2022). *Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social*. <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentossociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>.
- Arancibia Martínez, L. (2018). Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973). *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, 15(40), 102-117. <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32721>.
- Avelar, L. (2001). *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP.
- Burginski, V. M. (2011). Educação e gênero: uma leitura sobre as pedagogias feministas no Brasil (1970-1990). *Revista de Ciências da Educação, UNISA, Americana/SP*, XIII (24), 569–593.
- Castañeda Meneses, P., & Salame Coulon, A. M. (2019). Memoria profesional y Trabajo Social chileno. Derechos humanos y dictadura cívico militar. *Revista Katálysis*, 22(2), 284-292. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p284>.
- Closs, T. et al. (2021). Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, G. et al. (2021). *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos com a educação popular*. Curitiba: CRV.
- Cisne, M. (2018). *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez.
- Camargo, A. (2010). *Nas origens do movimento feminista “revisitado” no Brasil: o Círculo de Mulheres de Paris*. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/8.AylaCamargo.pdf>.
- Duriguetto, M. L. & Alagoano, V. (2018). O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 132, 231-251, maio/ago. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MKqrnp8vBNdJNN9tFnNQHzf/abstract/?lang=pt>.
- Faleiros, V. (2017). Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento na Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica Valparaíso. In: *Revista Em Pauta, Rio de Janeiro*, 40(15), 87-101. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32723>.
- Freitas, R. C. S. et al. (2022). Gênero, feminismos e Serviço Social: uma análise dos periódicos científicos. In: *Revista Praia Vermelha*, 32, 314-331. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/43884>.
- Leite, R. S. C. (1981). Feminismo em questão - Entrevista com a assistente social Rosalina de Santa Cruz Leite. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, II (5), 121-129.

- Lisboa, T. K. (2010). Gênero, feminismo e Serviço social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: *Rev. katálysis*, 13(1). <https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?format=pdf&lang=pt>.
- Moraes, E. (2019). *Lutas, dimensões e tensões: o caleidoscópio feminista*. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 25 mar. 2019. Feminismos se conectam e (re)criam outras formas de resistência - Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
- Moyano, C. y Pacheco, V. (2018). Revista Apuntes para el Trabajo Social: una mirada a las mujeres intelectuales de las ONG y la generación de conocimiento sobre lo femenino-popular em Chile, 1980-1989. *História* (São Paulo) 37, 1-24. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2018007>.
- Moyano Barahona, C. (2022). Trabajadoras sociales: intelectuales en el campo de oposición a la dictadura. Intervención, reflexión y acción del "Colectivo de Trabajo Social"; 1981-1990. *Intervención*, 12(2), 13-25. <https://doi.org/10.53689/int.v12i2.150>.
- Norambuena, C., Palomera, A., & Lopez, A. (2018). Brasileños en Chile durante la dictadura militar: Doble refugio 1973-1975. In: *Revista História Unisinos*, 22 (3), 453-465. <https://www.redalyc.org/journal/5798/579862710010/579862710010.pdf>
- Pacheco, V. (2020). Movimiento social de mujeres: un acercamiento a la participación política femenina y a la producción de conocimiento sobre la condición de la mujer en Chile, 1978-1989. En Cristina Moyano y Mario Garcés (eds.). *ONG en dictadura: Conocimiento social, intelectuales y oposición política en el Chile de los ochenta*. Ediciones Universidad Alberto Hurtado. (pp. 109-150). <https://doi.org/10.2307/j.ctv3596z1m.7>.
- Paneghini, L. R. (2018). Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, 132, 252-267. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jGFx6WNPPGQh6vRR-7pWHBpK/abstract/?lang=pt>.
- Pinto, A. et al. (2017). "Desalabrando" histórias: o Serviço Social e as lutas. In: *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, 40(15), 73-86. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32742/23541>.
- Ramírez Marchant, C. (2016). Trabajo social en la dictadura. *Cuaderno Jurídico y Político*, 2(6), 30-41. <https://doi.org/10.5377/cuadernojurypol.v2i6.10971>.
- Silva, J. P. et al. (2021). As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. In: *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, 7(1), 101-122.
- Sternbach, N. et.al. (1994). Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: *Revista Estudos Feministas*, 02(2). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>.

- Souza-Lobo, E. (2011). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Texeira, P. M. M. (2023). Estados da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. In: *Ciência & Educação, Bauru*, 29, e23034. <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vZDnsY48PqFyr5Jc7N7htbp/abstract/?lang=pt>.
- Váldez, T. (2000). *De lo social a lo político: la acción de las mujeres latinoamericanas*. Santiago-Chile: Editorial LOM.

CUHSO

Fundada en 1984, la revista CUHSO es una de las publicaciones periódicas más antiguas en ciencias sociales y humanidades del sur de Chile. Con una periodicidad semestral, recibe todo el año trabajos inéditos de las distintas disciplinas de las ciencias sociales y las humanidades especializadas en el estudio y comprensión de la diversidad sociocultural, especialmente de las sociedades latinoamericanas y sus tensiones producto de la herencia colonial, la modernidad y la globalización. En este sentido, la revista valora tanto el rigor como la pluralidad teórica, epistemológica y metodológica de los trabajos.

EDITOR

Matthias Gloël

COORDINADOR EDITORIAL

Víctor Navarrete Acuña

CORRECTOR DE ESTILO Y DISEÑADOR

Ediciones Silsag

TRADUCTOR, CORRECTOR LENGUA INGLESA

Mabel Zapata

SITIO WEB

cuhso.uct.cl

E-MAIL

cuhso@uct.cl

LICENCIA DE ESTE ARTÍCULO

Trabajo sujeto a una licencia de Reconocimiento 4.0 Internacional Creative Commons (CC BY 4.0)